

NECROPOLÍTICA E ACONTECIMENTO JORNALÍSTICO: textualidades sobre o assassinato de Yasmin Damascena ¹

NECROPOLITICS AND THE JOURNALISTIC EVENT: textualities on the murder of Yasmin Damascena

Pedro Henrique Magalhães Mendonça ²

Resumo: O artigo analisa a cobertura jornalística do assassinato de Yasmin Damascena, menina negra de 12 anos morta por tiro em Salvador (2025), a partir das discussões sobre acontecimento (França, 2012) e textualidades midiáticas (Leal, 2018). Partindo do conceito de necropolítica (Mbembe, 2018) e sua articulação com a necroinfância (Nogueira, 2020), investiga-se como o racismo é processado discursivamente, revelando o que Mills (2023) denominou como contrato racial. Mobiliza-se o conceito de dispositivo de racialidade (Carneiro, 2005) para compreender como as narrativas jornalísticas operam na manutenção ou contestação das estruturas que tornam corpos negros matáveis. O estudo propõe a metodologia da análise interseccional do texto corporal, examinando notícias do portal g1 para observar como marcadores sociais são articulados (ou silenciadas) na construção do acontecimento Yasmin, buscando compreender se a cobertura participa da perpetuação do genocídio da população negra no Brasil.

Palavras-Chave: Necroinfância. Acontecimento jornalístico. Racismo. Textualidades midiáticas.

Abstract: The article analyzes the journalistic coverage of the murder of Yasmin Damascena, a 12-year-old Black girl shot dead in Salvador (2025), drawing on discussions of the event (França, 2012) and media textualities (Leal, 2018). Based on the concept of necropolitics (Mbembe, 2018) and its articulation with necrochildhood (Nogueira, 2020), it investigates how racism is discursively processed, revealing what Mills (2023) termed the racial contract. The concept of the raciality dispositif (Carneiro, 2005) is mobilized to understand how journalistic narratives operate in maintaining or contesting the structures that render Black bodies killable. The study proposes the methodology of intersectional analysis of the body-text, examining news reports from the g1 portal to observe how social markers are articulated (or silenced) in the construction of the Yasmin event, seeking to understand whether the coverage participates in the perpetuation of the genocide of the Black population in Brazil.

Keywords: Necrochildhood. Journalistic event. Racism. Media textualities.

1 Trabalho apresentado ao Grupo de Trabalho de Processos Comunicacionais, Infâncias e Juventudes. 35º Encontro Anual da Compós, Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Natal - RN. 9 a 12 de junho de 2026.

2 Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Universidade Federal de Minas Gerais (PPGCOM/UFGM). O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001. Bolsista Capes. E-mail: pedrodimendonca@gmail.com.

1. Crescer negro no Brasil: infâncias e adolescências sob vigilância e morte

No dia 5 de novembro de 2025, Yasmin Sacramento Damascena, uma menina de 12 anos, brincava de bola na porta de casa, no bairro de São Caetano, em Salvador, quando foi atingida por um tiro. Yasmin tinha sonhos, expectativas, uma vida inteira pela frente. Yasmin era negra. Sua história foi interrompida por uma bala que, como tantas outras, encontrou um corpo negro. Sua morte, porém, não é um fato isolado. Inscreve-se em um padrão histórico e estrutural de violência que opera de forma sistemática no Brasil: o genocídio da população negra.

Quando se observa os dados sobre violência no país, o recorte racial revela-se como fator determinante. O Brasil registrou, em 2024, um aumento generalizado da violência contra crianças e adolescentes. O 19º Anuário de Segurança Pública³, divulgado em 2025, indica que das 6.396 mortes violentas intencionais de pessoas com até 19 anos, 82% das vítimas eram negras. A chance de um adolescente negro morrer vítima de violência letal é 4,5 vezes maior do que a de um branco. Trata-se de um extermínio que não é fruto do acaso, mas de uma estrutura social que historicamente despreza e descarta corpos negros, naturalizando sua morte prematura.

Esse desprezo se manifesta ainda na primeira infância. Pesquisa nacional encomendada ao Datafolha pela Fundação Maria Cecília Souto Vidigal⁴, divulgada em outubro de 2025, revela que 16% dos responsáveis por crianças de até 6 anos afirmam que elas já sofreram discriminação racial. Entre crianças com responsáveis negros, o índice chega a 19%, contra 10% entre aquelas com responsáveis brancos. Creches e pré-escolas são os locais onde esses crimes mais ocorrem. O racismo, portanto, começa cedo: antes mesmo de completarem o ciclo básico de alfabetização, crianças negras já experimentam a violência simbólica e concreta da discriminação.

O assassinato de Yasmin soma-se, assim, a uma longa lista de nomes que a comoção pública insiste em esquecer, mas que a realidade insiste em repetir. Nomes como o de João Pedro, 14 anos, morto dentro de casa enquanto brincava com os primos, no Complexo do

³ A pesquisa pode ser conferida em: <https://forumseguranca.org.br/publicacoes/anuario-brasileiro-de-seguranca-publica/>.

⁴ Os dados estão disponíveis site da Fundação Maria Cecília Souto Vidigal: <https://biblioteca.fmcsv.org.br/biblioteca/panorama-da-primeira-infancia-o-que-o-brasil-sabe-vive-e-pensa-sobre-os-primeiros-seis-anos-de-vida/>.

Salgueiro (RJ), em maio de 2020, durante uma operação policial. Ágatha Félix, 8 anos, atingida nas costas enquanto estava dentro de uma kombi no Complexo do Alemão (RJ), em setembro de 2019. Miguel Otávio Santana da Silva, 5 anos, que caiu do nono andar de um prédio de luxo no Recife (PE), em 2020, após a patroa de sua mãe enviar o elevador para um andar superior, isolando a criança que chorava de saudade. Nomes como Marcos Vinícius, 14 anos, morto a caminho da escola, em 2018, durante uma operação no Complexo da Maré (RJ), tendo como última pergunta à mãe uma denúncia: "Ele não viu que estava com roupa de escola, mãe?". E os nomes de Emilly, 4 anos, e Rebeca, 7 anos, primas assassinadas a tiros em 2020, enquanto brincavam na porta de casa na comunidade do Barro Vermelho, em Duque de Caxias (RJ).

São histórias que se repetem com uma constância macabra. Crianças negras, em situações cotidianas, brincando, passeando com a família, indo para a escola, acompanhando a mãe no trabalho, são atravessadas por uma violência que as enxerga como alvo ou, quando muito, como dano colateral aceitável. A bala perdida é um eufemismo perverso. Ela encontra corpos negros com uma precisão que só o racismo estrutural explica. Como denunciou o movimento negro, não há bala perdida quando o alvo é sistematicamente o mesmo.

O caso de Yasmin, assim como os de João Pedro, Ágatha, Miguel e tantas outras crianças negras, constitui o que França (2012) denomina acontecimento, algo que surge e ressoa na esfera social, ganhando contornos específicos a partir do momento em que é narrado. Antes da narrativa, a morte de Yasmin é um fato bruto; é no discurso midiático, nos recortes operados pelas redações e na disseminação de informações que esse fato ganha substância e se torna propriamente um acontecimento público.

No entanto, a mídia não opera de forma neutra ou equidistante. Ao tomar decisões sobre o que merece ser noticiado, decisões orientadas por critérios editoriais, financeiros, políticos, ideológicos e identitários, estabelece uma hierarquia na construção dos acontecimentos, definindo o que é relevante e o que é dispensável, o que merece comoção nacional e o que pode ser silenciado ou tratado como fato corriqueiro. A morte de Yasmin, por ser mais uma criança negra morta, corre o risco de ser processada midiaticamente como "mais um caso".

As textualidades jornalísticas que aparecem na cobertura de casos como o de Yasmin revelam, assim, diferentes modos de negociar a questão racial. Há coberturas que reforçam o racismo estrutural ao operar com categorias como "bala perdida", expressão que, ao deslocar a agência do tiro para um suposto acaso, naturaliza a letalidade seletiva e impede a pergunta

fundamental: perda para quem, se encontra sempre corpos negros? Há outras que, ao insistirem em adjetivações como "menina sonhadora", "criança inocente", parecem buscar uma comoção que a negritude da vítima, por si só, não garantiria, como se fosse preciso provar que Yasmin merecia viver, como se sua vida não fosse, em si, valiosa.

Essas textualidades implicadas nas práticas jornalísticas não se limitam, portanto, à transmissão de informações sobre o ocorrido. Elas operam como formas de ordenamento simbólico da realidade social, determinando o que pode ser visto, dito e reconhecido como legítimo. Quando um telejornal opta por mostrar a foto sorridente de Yasmin por poucos segundos, mas dedica minutos à reconstituição detalhada da dinâmica do tiroteio, está produzindo um recorte: a ênfase recai sobre o evento violento em si, não sobre a vida interrompida. Quando manchetes estampam "menina morre em troca de tiros", apagam-se os agentes do Estado que atiraram, a política de segurança que autoriza incursões em áreas periféricas, o racismo que orienta a mira. Nesse processo, critérios como objetividade, imparcialidade e interesse público funcionam como dispositivos normativos que orientam a construção das narrativas e, ao mesmo tempo, escamoteiam seus vieses. A pergunta que fica é: a morte de crianças negras é tratada como assunto de interesse público ou como problema restrito às famílias e às comunidades periféricas?

Pensar o caso de Yasmin a partir das discussões sobre acontecimento e textualidades é reconhecer que o racismo no Brasil se reproduz também pela via discursiva. A morte de uma criança negra na porta de casa pode ser narrada como "tragédia familiar" ou como "genocídio da juventude negra". Pode ser tratada como "fatalidade" ou como "crônica de uma morte anunciada" pelo racismo estrutural. Pode gerar comoção por um dia e cair no esquecimento no seguinte, ou pode inscrever o nome de Yasmin em uma memória coletiva de resistência, como mais uma razão para seguir lutando. A escolha entre essas narrativas é, sobretudo, política. E é nesse campo de disputa simbólica que se joga, também, a possibilidade de transformar a realidade que torna possíveis mortes de crianças e adolescentes negros.

O assassinato de Yasmin inscreve-se no que Noguera (2020) conceitua como necroinfância, um dispositivo da necropolítica que tem como objeto específico a infância negra. Se Mbembe (2018) define a necropolítica como o poder de ditar quem pode viver e quem deve morrer, a necroinfância opera de modo ainda mais perverso. Ela produz a morte física de crianças negras e atua antes mesmo dela, negando a própria possibilidade de vivência da

infância. Yasmin, como tantas outras, teve seu direito de brincar, uma das expressões mais elementares do ser criança, interrompido por uma bala que não era perdida, mas precisamente orientada por uma lógica que elege corpos negros como alvos desde a mais tenra idade. A história do Brasil, como lembra Nogueira (2020), é marcada por abusos, encarceramento e morte de crianças negras, numa continuidade que conecta o menino Bernadino, preso em 1926 em uma cela com adultos, à menina Yasmin, assassinada em 2025 em sua própria calçada.

Vislumbra-se analisar crianças negras como textos ou corpos textualizados, o que implica reconhecer que seus corpos e suas experiências de vida estão inseridos em um sistema que atribui significados a partir de uma história de opressão e marginalização. Essa abordagem enxerga os negros como portadores de narrativas sociais, culturais e políticas, que são constantemente lidos, interpretados e ressignificados pelas estruturas de poder dominantes.

Diante desse cenário, o presente artigo tem como objetivo analisar como a necroinfância, por meio do racismo estrutural, opera na naturalização da morte de crianças e adolescentes negros no Brasil, partindo do caso de Yasmin Sacramento Damascena para articular as dimensões históricas, sociais e políticas que perpetuam o que se convencionou chamar de genocídio da população negra. A hipótese que orienta esta pesquisa é a de que a morte de crianças negras, longe de ser percebida como tragédia nacional, é assimilada socialmente como contingência, um preço aceitável da violência urbana, revelando a persistência de um projeto de necropolítica que seleciona quais vidas importam e quais podem ser descartadas.

O estudo elege como fenômeno de pesquisa a cobertura jornalística do assassinato de Yasmin Sacramento Damascena. O portal g1, da TV Globo, constitui-se como objeto de estudo por ser um dos principais veículos de comunicação do país, com alcance nacional e capilaridade regional, funcionando como instância de produção e circulação de sentidos sobre acontecimentos como este. A escolha do g1 justifica-se, ainda, por sua posição hegemônica no campo jornalístico brasileiro. Para a realização da pesquisa, serão analisadas notícias publicadas pelo portal sobre o caso Yasmin, compreendendo o período que se estende do dia do ocorrido até o encerramento da cobertura, com o objetivo de capturar as narrativas iniciais que ajudaram a conformar o acontecimento publicamente.

O artigo propõe examinar Yasmin como pessoa objeto de narrativas sociais e midiáticas que refletem as dinâmicas de exclusão e subalternidade impostas pelo racismo estrutural.

Yasmin tornou-se, na cobertura jornalística, um corpo textualizado, isto é, transformado em texto, em discurso, em narrativa que pode ser moldada, enquadrada, silenciada ou exaltada a depender dos critérios editoriais e dos marcadores sociais que atravessam sua existência. O interesse, portanto, está em compreender como a menina negra de 12 anos, moradora do bairro de São Caetano, em Salvador, é apresentada ao público: quais adjetivos lhe são atribuídos? Como sua família é retratada? Há menção à cor de sua pele como elemento relevante da narrativa? O racismo é nomeado como causa ou circunstância? Essas perguntas orientam a análise na direção de desvelar as camadas de sentido que a cobertura jornalística produz sobre corpos negros vitimados pela violência estatal e paraestatal.

Para operacionalizar a observação dos corpos textualizados de indivíduos negros vítimas de violência, é proposta a criação da seguinte metodologia: análise interseccional do texto corporal. Trata-se de uma abordagem que utiliza uma leitura narrativa crítica, voltada para a análise das pessoas negras enquanto acontecimentos, isto é, enquanto sujeitos que, ao serem textualizados pela mídia, revelam as disputas simbólicas em torno de suas existências e mortes. A metodologia surge a partir de leituras sobre o acontecimento e busca compreender como as narrativas são moldadas e impregnadas pelos marcadores sociais que caracterizam o corpo negro, enfatizando as intersecções de raça, classe, idade e gênero. Aplicada ao caso Yasmin, a análise interseccional do texto corporal permitirá investigar como a cobertura do g1 articula (ou silencia) esses marcadores, produzindo sentidos que podem tanto reforçar o racismo estrutural quanto abrir brechas para sua contestação.

2. Gestão racial da vida e da morte nas textualidades do acontecimento jornalístico

Ser negro no Brasil é existir sob o signo da suspeição permanente, onde o corpo é lido antes da pessoa, o estereótipo antecede o encontro e a violência é sempre uma possibilidade iminente. A morte de Yasmin Sacramento Damascena, assim como os assassinatos de tantas outras crianças e adolescentes negros no Brasil, pode ser compreendida por meio da discussão proposta por Mbembe (2018). Ao propor o conceito de necropolítica, o filósofo parte da constatação de que a expressão máxima da soberania reside, em grande medida, no poder e na

capacidade de ditar quem pode viver e quem deve morrer. Matar ou deixar viver constituem, assim, os limites da soberania, seus atributos fundamentais.

A relação entre racismo e necropolítica é central no pensamento de Mbembe (2018). O autor recupera a formulação de Foucault de que o racismo é, acima de tudo, uma tecnologia destinada a permitir o exercício do biopoder, estabelecendo uma cesura biológica entre uns e outros, entre aqueles que devem viver e aqueles que devem morrer. A função do racismo, nessa economia, é regular a distribuição da morte e tornar possível as funções assassinas do Estado. É a condição para a aceitabilidade do fazer morrer.

A morte de Yasmin inscreve-se em uma longa continuidade histórica que Jesus (2025) situa com precisão. A luta pela vida e contra a morte tem sido parte da própria história da população negra desde os navios tumbeiros até os dias atuais, constituindo uma temática do passado e da contemporaneidade brasileira. O caso de Yasmin não é um fato isolado, mas a expressão mais recente de um processo que atravessa séculos, atualizando-se em novas configurações sem perder sua essência: a eliminação sistemática de corpos negros como projeto político. A menina que brincava na calçada de São Caetano carrega, em sua trajetória interrompida, o peso de uma diáspora que jamais deixou de produzir mortes.

Jesus (2025) identifica um elemento central para a compreensão desse fenômeno: o *modus operandi* do genocídio físico da população negra passa pela intervenção direta no corpo negro, de tal modo que esse genocídio tem o corpo da pessoa negra como alvo e cujo efeito é a higienização racial física da sociedade, assentada na premissa da recusa da vida aos grupos racializados. A bala que atingiu Yasmin foi precisa, cirúrgica, orientada por uma lógica que elege corpos negros como alvos legítimos. O corpo de Yasmin, menina negra, pobre, foi lido como matável, como passível de ser sacrificado em nome de uma ordem que não o reconhecia como portador de direitos. A intervenção direta nesse corpo, seu aniquilamento físico, é a face mais explícita de uma política de morte que opera cotidianamente nos territórios do país.

Nesse contexto, Jesus (2025) convoca a não perder de vista nem a importância dos massacres e das chacinas na higienização física da população negra, nem o papel do Estado, tanto pelas forças policiais, quanto pelas práticas médicas, e de grupos de extermínio como agentes perpetradores desse genocídio. A necropolítica, aqui, revela sua face institucional: a

soberania se exerce pela capacidade de ditar quem pode viver e quem deve morrer, e Yasmin foi incluída no segundo grupo.

A necroinfância, portanto, não se resume ao momento letal do tiro. Ela se constitui como um conjunto de práticas, técnicas e dispositivos que, ao longo da história brasileira, vêm garantindo que crianças negras não gozem a infância. Desde o Código de Menores de 1927, promulgado ironicamente no Dia das Crianças, que transformava crianças negras em objetos de punição penal, até as atuais políticas de segurança pública que autorizam incursões armadas em territórios periféricos, o Estado tem operado como agente ativo desse extermínio. O que Nogueira (2020) convoca a reconhecer é que a morte de Yasmin não é um desvio, mas a ponta extrema de uma engrenagem que funciona regularmente: a produção de mundos de morte onde a infância negra é sistematicamente violada, interrompida e aniquilada.

Mbembe (2018) resgata a análise de Hannah Arendt sobre a política da raça e sua relação com a política da morte, localizando suas raízes na experiência demolidora da alteridade. Essa perspectiva ajuda a compreender por que crianças negras mortas por balas perdidas ou por negligência raramente provocam a comoção nacional que merecem. Quando Yasmin foi assassinada, sua morte correu o risco de ser processada midiática e socialmente como "mais um caso", estatística, não tragédia; número, não história. Isso ocorre porque, como demonstra Mbembe (2018), a soberania necropolítica opera pela produção de mundos de morte, zonas de sacrifício onde o extermínio é a maneira do Estado implementar seu poder. As crianças negras brasileiras habitam esses mundos de morte desde o nascimento.

A análise de Mbembe (2018) da escravização como uma das primeiras instâncias da experimentação biopolítica lança luz sobre as continuidades históricas que conectam o passado colonial ao presente genocida. O autor descreve a condição do escravizado como uma tripla perda: perda de um lar, perda de direitos sobre o corpo, perda de status político. Essas perdas equivalem a dominação absoluta, alienação ao nascer e morte social. Essa descrição encontra semelhança na situação das crianças e dos adolescentes negros no Brasil contemporâneo, que nascem em territórios sitiados, sem acesso pleno a direitos fundamentais, com seus corpos permanentemente expostos à violência estatal e paraestatal.

Yasmin brincava na porta de casa, mas a porta de sua casa estava dentro de um mundo de morte, onde a soberania se exerce pela capacidade de fazer morrer. A continuidade entre o menino Bernadino, preso em 1926 em uma cela com adultos, e Yasmin, assassinada em 2025

em sua própria calçada, evidencia que a necropolítica não é exceção, mas regra na gestão da população negra brasileira.

A necropolítica brasileira começa cedo, ceifando vidas ainda em formação, interrompendo brincadeiras, sonhos e futuros. Yasmin queria ser o que? Não saberemos. Seu futuro foi tomado de forma brutal. O direito de matar, que Mbembe (2018) situa no coração da soberania, exerce-se no Brasil com particular virulência sobre os corpos negros jovens. E enquanto a sociedade não reconhecer que essas mortes não são naturais, não são acidentais, mas sim o resultado de uma política deliberada de extermínio, a necropolítica continuará fazendo seu trabalho de morte, dia após dia, bala após bala, nome após nome.

Mills (2023) parte de uma premissa contundente para pensar o racismo. A supremacia branca é o sistema político não nomeado que fez do mundo moderno o que ele é hoje. Enquanto os teóricos clássicos do contrato social elaboraram abstrações sobre sociedades ideais fundadas no consenso e na igualdade, Mills (2023) demonstra que o contrato efetivamente operante na modernidade é outro: um contrato racial, explícito em seus efeitos, porém invisibilizado em sua nomeação. Esse pacto não verbalizado estabelece quem são as pessoas e quem são as subpessoas, criando um status de "humanos-ponto de interrogação" para negros e indígenas. Yasmin, menina negra de 12 anos morta na porta de casa, ocupava esse lugar de subpessoa aos olhos do Estado e da sociedade. Uma vida cujo sacrifício não provoca a comoção reservada às crianças brancas de classes médias e altas.

O contrato racial se materializa como um conjunto de acordos, formais ou informais, entre brancos, permitindo-lhes apropriar-se de privilégios em detrimento dos não brancos, como aponta Mills (2023). Esses privilégios podem ser de maior influência política, hegemonia cultural, vantagem psíquica da suposta superioridade e, fundamentalmente, vantagem material. As violações impostas sobre o corpo negro, nesse contexto, possuem uma utilidade específica para a sociedade branca. A morte de Yasmin não é um acidente; é funcional. Funciona como demonstração cotidiana de que o contrato racial permanece vigente, de que a hierarquia racial continua operando, de que corpos negros podem ser sacrificados sem que a ordem social seja abalada. A bala que matou Yasmin não atingiu apenas seu corpo físico; atingiu simbolicamente

todos os corpos negros, reiterando a mensagem de que a vida negra é descartável, que a infância negra pode ser interrompida.

Ainda pensando no contrato racial, porém com um olhar voltado para o dispositivo que executa a gestão diferencial da morte e da punição, Carneiro (2005) demonstra como as leis e práticas policiais, historicamente dirigidas contra negros, perpetuam a marginalização e criminalização dessa população. A menina de 12 anos morta enquanto brincava na porta de casa em Salvador é herdeira dessa tradição. Seu corpo não foi protegido pelo Estado. As práticas de letalidade empregadas se inscrevem em uma continuidade histórica de insegurança social que tem a população negra como inimigo interno, como alvo prioritário, como população sobrando. Yasmin não foi morta apesar de ser negra; foi morta porque era negra, porque habitava um território negro, porque seu corpo estava inscrito nessa geografia racializada do extermínio.

Carneiro (2005) aprofunda essa análise ao propor o conceito de dispositivo de racialidade, compreendido como um modo de operação que articula discursos vários difundidos por diferentes relações que envolvem dinâmicas de poder, integrando enunciados de origem moral e social com a finalidade de disciplinar e controlar os corpos negros. O caso Yasmin é exemplar desse dispositivo em funcionamento: os discursos que circulam sobre sua morte operam como enunciados morais e sociais que disciplinam a percepção pública, controlando os sentidos atribuídos ao acontecimento. O dispositivo de racialidade atua para que a morte de uma menina negra não seja lida como assassinato político, mas como fatalidade; para que o racismo não seja nomeado, mas silenciado; para que o Estado não seja responsabilizado. É esse dispositivo que permite que, a cada nova morte, a pergunta "quem matou?" seja substituída pelo conformismo de "mais um caso".

Observar os modos de atuação do jornalismo tido como de referência é fundamental para compreender como determinadas vidas são narradas, enquadradas ou silenciadas no espaço público. Ao reivindicar para si os valores de objetividade, credibilidade e interesse público, esse jornalismo exerce papel decisivo na produção de sentidos sociais sobre violência, segurança e pertencimento. No caso de Yasmin, menina negra morta na porta de casa em Salvador, a forma como a notícia é construída, as fontes priorizadas e as ausências narrativas

revelam um regime de visibilidade que hierarquiza vidas e naturaliza a exposição de corpos negros à morte.

A partir dessa perspectiva, a relação entre comunicação e textualidades torna-se central para analisar como tais enquadramentos são produzidos e legitimados. Conforme propõe Leal (2018), os textos jornalísticos não são meros registros neutros da realidade, mas dispositivos mediadores que organizam experiências, distribuem sentidos e orientam formas de leitura do mundo. No caso de Yasmin, a textualidade jornalística informa sobre sua morte, mas participa da construção simbólica de seu lugar social, podendo reforçar estigmas territoriais, racializar o espaço e diluir responsabilidades institucionais ao privilegiar versões oficiais em detrimento de vozes comunitárias.

Nas redes sociais e nas coberturas jornalísticas, é possível assistir a um looping da morte negra, onde imagens de violência contra pessoas racializadas são compartilhadas repetidamente. Carneiro (2005) permite compreender que essas imagens documentam atos de violência, mas também perpetuam a desumanização e desvalorização da vida negra, operacionalizando o dispositivo de racialidade. A foto de Yasmin sorrindo, estampada em poucas matérias, disputa espaço com imagens do local do crime, com reconstituições da dinâmica dos tiros, com a espetacularização da violência. A banalização e naturalização da violência ocorrem à medida que essas imagens se tornam parte do cotidiano, perdendo seu impacto inicial e, conseqüentemente, minimizando a indignação pública. O looping da morte negra é, ele mesmo, parte do dispositivo: ao consumir repetidamente imagens de corpos negros violentados, a população se dessensibiliza e naturaliza o inaceitável. É aceito que a próxima morte virá e será igualmente consumida, igualmente esquecida, igualmente funcional à manutenção da ordem racial.

O caso Yasmin expõe a dimensão processual da textualidade: o texto jornalístico é produzido em contextos históricos e culturais marcados pelo racismo estrutural e pela criminalização de territórios negros. Ele circula, é reinterpretado e passa a integrar redes de sentidos que podem tanto reiterar a lógica do inimigo interno quanto abrir brechas para leituras críticas e contra-narrativas. A análise dessas textualidades, portanto, busca identificar erros ou omissões, além de uma compreensão sobre como o próprio modo de narrar participa da

administração diferencial da vida e da morte, revelando que a disputa por justiça também é uma disputa por linguagem, memória e reconhecimento.

A textualidade, enquanto conceito, vai além da simples organização de palavras em frases, configurando-se como um processo dinâmico que envolve a interconexão de textos com práticas sociais e culturais. Leal (2018) argumenta que o texto é a base de todas as ciências humanas, já que traduz as expressões humanas em signos que podem ser interpretados. Aplicada ao caso de Yasmin, essa perspectiva permite compreender que as notícias, reportagens, posts em redes sociais e até mesmo as notas de pesar não apenas representam sua morte, mas participam ativamente da construção das práticas sociais que a envolvem. Ao nomear ou silenciar o racismo, ao destacar ou omitir a cor de sua pele, ao convocar ou não a responsabilização do Estado, os textos midiáticos estão produzindo realidade; estão dizendo à sociedade quais vidas importam, quais mortes merecem luto, quais dores devem ser coletivamente assumidas.

A textualidade dos corpos negros é uma manifestação das dinâmicas do racismo estrutural, onde a cor da pele é usada como um marcador de identidade que, ao ser lido pela sociedade, carrega consigo uma série de estigmas e associações. Nos casos de violência contra crianças e adolescentes negros, essa leitura racista transforma o ato de viver em uma experiência de risco, onde o simples fato de estar presente em certos ambientes já aciona mecanismos de vigilância, controle e, em muitos casos, violência.

A experiência humana se reconfigura quando determinados fatos irrompem no tecido social, deslocando rotinas e instaurando novas formas de perceber o cotidiano, como observa França (2012). O acontecimento rompe a previsibilidade do dia a dia, introduzindo tensões que desorganizam o habitual e produzem inquietações coletivas. Ao mesmo tempo, essa ruptura mobiliza reflexões e reposicionamentos, podendo desencadear respostas sociais diversas, que oscilam entre o reforço de desigualdades e a abertura de possibilidades de transformação.

Nesse cenário, a imprensa desempenha papel central ao conferir visibilidade a episódios de racismo em estabelecimentos comerciais, evidenciando a força do acontecimento jornalístico na conformação do debate público. Para Quéré (2012), os acontecimentos emergem tanto no plano das experiências vividas quanto no das narrativas que os interpretam, investigam e julgam, convertendo-se em discursos socialmente compartilhados. Os meios de comunicação, ao selecionar e enquadrar esses episódios, não apenas informam, mas contribuem para definir

sua relevância social, estimulando debates que influenciam percepções coletivas sobre racismo, justiça e pertencimento.

Ao compreender o acontecimento como algo inteligível, Antunes (2008) propõe uma leitura que ultrapassa a ideia de ruptura absoluta. No jornalismo, o novo tende a ser incorporado a categorias já existentes, seja pela lógica dos sistemas de informação, seja pelas referências compartilhadas na experiência social. Esse processo produz certa padronização dos acontecimentos: alguns são alçados à condição de destaque, enquanto outros permanecem à margem, e os próprios fatos passam a funcionar como mecanismos de estabilização do fluxo informativo.

Voltando a pensar na necroinfância e nas mazelas impostas as crianças e aos adolescentes negros no Brasil, ao examinar a violência política moderna a partir de suas raízes estruturais, Morrison (2019) propõe uma leitura que aproxima racismo e fascismo não como anomalias históricas, mas como tecnologias duradouras de poder. Nessa perspectiva, a racialização opera como um mecanismo que organiza quem deve ser protegido e quem pode ser exposto à morte, deslocando a violência do campo do evento excepcional para o da administração cotidiana dos corpos.

Sob esse regime, a violência racial deixa de ser percebida apenas em episódios explícitos de brutalidade e passa a ser compreendida como inscrição contínua nos corpos negros, convertidos em superfícies de vigilância, suspeição e punição. No Brasil, a negritude é frequentemente lida por dispositivos sociais e institucionais como sinônimo de risco, desordem ou utilidade descartável, o que legitima práticas de controle e contenção.

Ainda assim, esses corpos não se reduzem à condição de alvos passivos. Habitar um corpo negro também implica produzir formas de existência que tensionam o controle: negociar presenças, reinventar rotas, cultivar redes de proteção e exercer pequenas insurgências cotidianas. É nesse campo de disputa entre captura e fuga; entre dominação e autonomia; que se desenham as possibilidades de vida e resistência.

3. Yasmin Sacramento Damascena: o corpo negro como texto da violência racial

É preciso retornar ao dia 5 de novembro de 2025, quando Yasmin Sacramento Damascena, menina negra de 12 anos, foi morta por um disparo de arma de fogo enquanto brincava na porta de casa, no bairro de São Caetano, em Salvador. Sua morte inscreve-se em uma dinâmica histórica de violência racial que atinge desproporcionalmente crianças e

adolescentes negros no Brasil, revelando a persistência de estruturas que naturalizam a exposição desses corpos ao risco, à vulnerabilidade e à morte precoce. O caso de Yasmin tornou-se, assim, um acontecimento social e midiático que evidencia tanto a letalidade racializada quanto os modos pelos quais a infância negra é narrada, enquadrada e, por vezes, silenciada no espaço público.

Diante desse contexto, serão analisadas as três únicas notícias publicadas pelo portal g1 sobre o caso, buscando compreender como a morte de Yasmin foi construída discursivamente, quais marcadores sociais atravessam sua representação e de que maneira as textualidades jornalísticas contribuem para humanizar, neutralizar ou obscurecer as dimensões raciais e estruturais da violência que a vitimou.

A análise interseccional do texto corporal é estruturada em etapas principais que buscam analisar os acontecimentos de violência racial a partir da ideia de corpos como textos sociais, ou seja, corpos que carregam significados simbólicos atribuídos social e historicamente, reforçados pelo racismo estrutural.

A primeira etapa da metodologia é a narrativização interseccional do acontecimento: um olhar sobre como o acontecimento é construído enquanto narrativa social, abordando as camadas de intersecção que surgem sobre a vítima. Essa etapa se apoia em uma análise interseccional crítica, observando, a partir do próprio indivíduo negro, como as narrativas são moldadas pelas relações de opressão interligadas, evidenciando as complexas dinâmicas entre raça, classe, e gênero na construção do corpo ameaçador. Para além de identificar as intersecções, o foco nesta etapa é discutir sobre como os diferentes marcadores se combinam na construção de uma vivência que marginaliza o corpo negro, com foco na textualidade do corpo como um corpo criminalizado e potencialmente em risco;

A segunda etapa é a reconstrução da experiência: o intuito é reconstruir as experiências corpóreas das vítimas a partir de uma análise detalhada dos testemunhos e de registros audiovisuais, incluindo câmeras de segurança e depoimentos. O objetivo é compreender a vivência do acontecimento a partir da própria subjetividade dos corpos negros, evidenciando o impacto da violência racializada. Nesta etapa, o trabalho se concentra em interpretar os relatos e, se possível, observar imagens para uma análise da experiência corpórea.

A terceira e última etapa da metodologia proposta é a interpretação crítica da subjetividade: busca-se uma interpretação crítica da narrativa corpórea, elaborando um entendimento sobre como o corpo negro é textualizado em camadas de opressão e

criminalização. Essa etapa faz uma leitura crítica sobre a vítima, elucidando as forças que transformam seu corpo em corpo matável.

Veja, a seguir, a tabela com as notícias selecionadas para a análise da cobertura jornalística sobre o assassinato de Yasmin:

TABELA 1
A construção narrativa do assassinato de Yasmin Sacramento Damascena no site g1.

Manchete	Data
Menina de 12 anos morre e amigo fica ferido após serem baleados enquanto brincavam de bola em Salvador ⁵	06/11/25
'Parecia que estava se despedindo', diz mãe de menina de 12 anos que morreu após ser baleada enquanto brincava de bola em Salvador ⁶	06/11/25
Homem é preso suspeito de envolvimento em ataque a tiros que terminou com morte de adolescente em Salvador ⁷	25/11/25

FONTE – Elaborada pelo autor (2026)

Com a manchete “Menina de 12 anos morre e amigo fica ferido após serem baleados enquanto brincavam de bola em Salvador”, a primeira notícia publicada pelo g1 sobre a morte de Yasmin Sacramento Damascena, um dia após o assassinato, permite observar como a violência racial contra corpos negros infantis é narrada e enquadrada no espaço jornalístico. Ao mobilizar as categorias de dispositivo de racialidade, contrato racial, necropolítica e necroinfância, a análise evidencia que a morte de Yasmin se inscreve em uma gramática histórica que regula quem deve viver e quem pode morrer no Brasil.

Na primeira etapa da análise, observa-se como o acontecimento é construído narrativamente. A notícia apresenta Yasmin inicialmente como “menina de 12 anos”, sem referência direta à raça. Essa aparente neutralidade racial, comum no jornalismo de referência, opera como parte do dispositivo de racialidade, conceito que indica como o racismo pode se

⁵ A notícia está disponível em: <https://g1.globo.com/ba/bahia/noticia/2025/11/06/baleados-em-salvador.ghhtml>.

⁶ A notícia está disponível em: <https://g1.globo.com/ba/bahia/noticia/2025/11/06/parecia-que-estava-se-despedindo-diz-mae-de-menina-de-12-anos-que-morreu-apos-ser-baleada-enquanto-brincava-de-bola-em-salvador.ghhtml>.

⁷ A notícia está disponível em: <https://g1.globo.com/ba/bahia/noticia/2025/11/25/homem-e-presos-suspeito-de-envolvimento-em-ataque-a-tiros-que-terminou-com-morte-de-adolescente-em-salvador.ghhtml>.

manifestar também pela omissão. Ao não nomear a negritude, o texto dilui a dimensão racial da violência, deslocando-a para o campo da criminalidade difusa.

Entretanto, a localização do fato, um bairro periférico de Salvador, funciona como marcador indireto de raça e classe. O território aparece como signo racializado, permitindo que o leitor associe violência a espaços negros e pobres. Esse mecanismo se alinha ao contrato racial, na medida em que naturaliza a exposição de determinados corpos ao risco e organiza a sociedade em zonas de proteção e zonas de sacrifício.

A presença de múltiplas vítimas na narrativa também contribui para diluir a singularidade da morte de Yasmin. Ao listar nomes e idades, a notícia transforma o acontecimento em estatística, contribuindo para uma lógica de banalização da morte negra. O corpo infantojuvenil negro é, assim, inscrito como corpo vulnerável e potencialmente descartável.

A segunda etapa busca reconstruir a experiência vivida a partir dos testemunhos. Os relatos da mãe e de moradores introduzem uma dimensão sensível que rompe parcialmente a frieza informativa. “Minha filha foi brincar e o tiro pegou na cabeça dela”, fala da mãe que restitui a Yasmin sua condição de criança, evidenciando a brutal interrupção do direito de brincar.

No entanto, a reconstrução da experiência permanece mediada por uma lógica que naturaliza a violência no território. A descrição da correria, dos disparos e do socorro improvisado compõe um cenário onde o perigo é cotidiano. Essa normalização da violência constitui um elemento central da necropolítica, pois revela a gestão diferencial da vida: há espaços onde a morte é tratada como eventualidade previsível.

Sob a lente da necroinfância, a cena torna-se ainda mais contundente. Yasmin não era apenas uma vítima da violência urbana. Ela era uma pré-adolescente negra cujo direito à vida foi negado. O fato de estar brincando na porta de casa, atividade elementar para sua pouca idade, evidencia que nem mesmo os espaços domésticos garantem proteção para corpos negros.

Na terceira etapa, examina-se como a narrativa textualiza o corpo de Yasmin. A notícia oscila entre duas operações: humanização pontual e neutralização estrutural. A humanização aparece nas falas da família e na menção às brincadeiras; a neutralização surge na ênfase institucional, com destaque às ações policiais e operações investigativas.

Essa centralidade das instituições desloca o foco da vítima para o aparato estatal, colaborando para a ideia de que a resposta à violência é técnica e operacional. Tal

enquadramento obscurece as estruturas raciais que produzem a morte, reproduzindo o contrato racial ao reafirmar a legitimidade da força estatal em territórios racializados.

A textualização final transforma Yasmin em um corpo matável dentro da lógica necropolítica. Sua morte é apresentada como consequência de um contexto violento, e não como expressão de um sistema que seleciona alvos preferenciais. A ausência de problematização racial impede que o leitor reconheça o padrão estrutural, contribuindo para a naturalização da letalidade negra.

Na segunda notícia, com o título “‘Parecia que estava se despedindo’, diz mãe de menina de 12 anos que morreu após ser baleada enquanto brincava de bola em Salvador”, a construção narrativa enfatiza elementos afetivos e familiares, apresentando Yasmin como filha carinhosa, irmã dedicada e criança com temperamento forte. Essa humanização inicial parece romper com a frieza estatística comum nas coberturas de violência. No entanto, a notícia mantém silêncio sobre sua identidade racial, operando, novamente, a omissão da raça como estratégia de neutralização discursiva.

O texto cita o bairro onde aconteceu o assassinato. A associação histórica entre periferia, negritude e violência permite que o leitor reconheça o enquadramento racial sem que ele seja explicitado. A expressão “bala perdida”, utilizada na notícia, é central nesse processo. Ao atribuir o tiro ao acaso, desloca-se a responsabilidade estrutural e apaga-se a seletividade racial da violência. A bala não é perdida; ela encontra, reiteradamente, corpos negros em territórios racializados. O uso dessa categoria discursiva contribui para a banalização da morte negra e para a construção do corpo infantojuvenil negro como corpo em risco permanente.

A cena descrita, como crianças brincando, correria, disparos súbitos, revela a violência como elemento intrusivo no cotidiano infantil. No entanto, o modo como o caso é narrado sugere que essa intrusão já faz parte da normalidade do território. A experiência corpórea de Yasmin foi marcada por uma condição estrutural, em que o direito à segurança não é universalmente garantido.

A menção à deficiência intelectual da menina acrescenta uma camada interseccional importante. A presença simultânea de marcadores de raça, classe, território, idade e deficiência intensifica a vulnerabilidade, evidenciando como diferentes eixos de opressão se combinam para produzir corpos ainda mais expostos à violência.

A fotografia final da notícia mostra a bola com a qual a menina brincava quando foi alvejada. O registro demonstra uma dimensão simbólica, representando a vida interrompida

precocemente. Contudo, ao focalizar o objeto, a imagem também pode operar como dispositivo de distanciamento, permitindo a comoção sem confrontar plenamente a materialidade da morte.

Observa-se como a narrativa textualiza o corpo de Yasmin. A humanização aparece nas falas da mãe e nas descrições da rotina da menina; a neutralização surge na ênfase institucional, com detalhamento das operações policiais e diligências investigativas. Esse deslocamento do foco da vítima para o aparato estatal regata a discussão sobre o contrato racial, ao reafirmar a legitimidade das intervenções violentas em territórios racializados, enquanto obscurece as estruturas que produzem a morte. O Estado aparece como agente de ordem, não como parte de uma engrenagem que expõe determinados corpos ao risco.

Yasmin aparece como símbolo da tragédia, mas não necessariamente em denúncia do racismo estrutural. Sua morte é enquadrada como fatalidade. Nesse sentido, a narrativa contribui para a naturalização do assassinato, convertendo o corpo infantil em corpo matável dentro da lógica necropolítica.

A última notícia publicada pelo g1 sobre o caso, divulgada no dia 25 de novembro de 2025, com a manchete “Homem é preso suspeito de envolvimento em ataque a tiros que terminou com morte de adolescente em Salvador”, reconstituiu o acontecimento a partir da lógica policial: prisão, antecedentes criminais, drogas apreendidas e disputa entre grupos rivais. A centralidade do suspeito, um jovem, morador de território periférico e supostamente vinculado ao tráfico, aciona o dispositivo de racialidade ao reforçar associações históricas entre juventude negra, criminalidade e violência.

Ainda que a raça não seja explicitamente mencionada, o nome, o território e a tipificação criminal funcionam como marcadores raciais implícitos. O texto reinscreve o caso na narrativa da “guerra entre facções”, transformando a morte de Yasmin em efeito colateral de um conflito entre homens jovens racializados. Essa operação discursiva desloca o debate do racismo estrutural para a criminalidade, naturalizando a exposição de comunidades majoritariamente negras à violência armada.

A expressão “ataque tinha como alvo um grupo rival” é central. O trecho produz uma hierarquia implícita de vítimas. O alvo legítimo seriam os membros do grupo rival; Yasmin aparece como vítima colateral. Essa distinção sustenta uma lógica necropolítica segundo a qual certas mortes são esperadas e outras são lamentadas apenas por engano.

Os testemunhos reproduzidos da mãe de Yasmin e do pai de outra criança permitem vislumbrar a experiência vivida. Contudo, a narrativa enquadra essa experiência como parte do

cotidiano violento do território, normalizando a presença do risco. Sob a ótica da necropolítica, a notícia revela um espaço onde a vida infantil não é plenamente protegida. A violência armada é tratada como consequência previsível de disputas territoriais, um jogo com a ideia de que há zonas urbanas onde o Estado administra a morte em vez de garantir a vida.

A presença de múltiplas vítimas, inclusive um adolescente sobrevivente com bala alojada, evidencia que a experiência corpórea da infância e adolescência negra nesses territórios é marcada pela antecipação da morte. Esse cenário dialoga com a noção de necroinfância, na qual crianças negras crescem sob a permanente ameaça de violência letal, tendo sua infância atravessada por experiências que deveriam ser inconcebíveis nessa fase da vida.

Na etapa interpretativa, observa-se que Yasmin é novamente textualizada como vítima inocente, mas sua morte é recontextualizada dentro de uma narrativa de guerra urbana. O foco no suspeito, em suas drogas e em seu mandado de prisão, desloca a atenção da estrutura que produz a violência para o indivíduo que supostamente a executa.

Essa personalização da culpa reforça o contrato racial, pois impede a leitura estrutural do racismo e legitima intervenções repressivas em territórios racializados. O problema passa a ser o criminoso individual, não a política de segurança, a desigualdade social ou a distribuição racial da vulnerabilidade.

Ao mesmo tempo, a narrativa consolida a posição do corpo infantojuvenil negro como corpo matável dentro da lógica necropolítica. Yasmin é apresentada como alguém que “não era o alvo”, mas sua morte se torna inteligível dentro da gramática da violência urbana. Essa inteligibilidade é, por si só, um efeito do racismo estrutural. A morte de uma menina negra torna-se explicável, ainda que lamentável.

4. Considerações finais

A análise das três notícias publicadas pelo g1 sobre a morte de Yasmin Sacramento Damascena mostra que o jornalismo de referência, mesmo quando orientado por princípios de objetividade e neutralidade, participa da produção e reprodução de hierarquias raciais. Como demonstrado ao longo do estudo, o dispositivo de racialidade (Carneiro, 2005) pela omissão explícita da raça, permitindo que marcadores territoriais e sociais funcionem como signos racializados. Esse mecanismo discursivo dilui a dimensão estrutural do racismo e reinscreve a violência no campo da criminalidade difusa, contribuindo para a naturalização da morte da menina negra.

Nesse sentido, o contrato racial (Mills, 2023) se manifesta na organização simbólica do espaço social, delimitando zonas de proteção e zonas de sacrifício. As notícias analisadas reiteram, indiretamente, que determinados territórios, associados à pobreza e à negritude, são enquadrados como espaços onde a violência é previsível, quase inevitável. A leitura à luz da necropolítica (Mbembe, 2018) revela que a gestão diferencial da vida e da morte se expressa tanto nas condições materiais dos territórios quanto nas formas de narrar a violência.

Ao deslocar o foco da vítima para suspeitos ou dinâmicas criminais, as reportagens produzem uma inteligibilidade da morte de Yasmin que a torna socialmente compreensível. Como resultado, a morte de uma menina negra deixa de ser interpretada como falha estrutural e passa a ser assimilada como parte do funcionamento ordinário da violência urbana.

As três notícias analisadas sobre a morte de Yasmin revelam um elemento crucial: em nenhum momento é mencionado que ela era uma menina negra. Essa omissão pode ser entendida como parte constitutiva de uma cobertura descontextualizada que silencia dimensões estruturais da violência no Brasil. Ao optar por uma narrativa que se apresenta como neutra e meramente factual, o jornalismo de referência deixa de nomear o racismo como matriz organizadora da distribuição desigual da vida e da morte, contribuindo para a invisibilização das dinâmicas que tornam corpos negros mais expostos à violência letal.

A ausência de fontes especializadas, como pesquisadoras/es das relações étnico-raciais, estudiosos da segurança pública, movimentos negros ou organizações de direitos humanos, contribui para um esvaziamento interpretativo. Sem essas vozes, o acontecimento é reduzido à lógica da criminalidade urbana e à fatalidade, impedindo a compreensão do caso como parte de uma continuidade histórica que remonta aos pelourinhos do período da escravização e às formas contemporâneas de controle, punição e extermínio de corpos negros. O passado escravista não é uma metáfora distante. A história do Brasil revela uma estrutura que se atualiza nas práticas de vigilância, na seletividade penal e na naturalização da morte do negro.

A cobertura analisada deixa de problematizar o que significa ser negro no Brasil e viver sob a permanente ameaça de violências físicas, simbólicas e institucionais. O silêncio sobre a questão racial opera como mecanismo de manutenção do racismo, pois impede que o leitor reconheça padrões estruturais e compreenda que a morte de Yasmin parte de uma gramática social que produz vidas precarizadas. Trata-se de um pesadelo cotidiano para populações negras, cujos corpos são historicamente racializados como suspeitos, descartáveis ou sacrificáveis.

As textualidades midiáticas do g1 na cobertura do caso do assassinato de Yasmin, ao não nomearem essas estruturas e ao privilegiarem enquadramentos despolitizados, colaboram para a reprodução do racismo. Elas produzem comoção momentânea, mas não tensionam as bases que tornam essas mortes possíveis e socialmente toleráveis. Assim, ao silenciar a negritude da vítima e ao evitar uma discussão devidamente embasada sobre o racismo no Brasil, a cobertura apresenta-se descontextualizada da realidade. É preciso deixar explícito que há uma manutenção de ordem racial que continua a decidir quem pode viver e quem pode morrer.

Referências

- ANTUNES, E. Acontecimento, temporalidade e a construção do sentido de atualidade no discurso jornalístico. In: **Revista Contemporânea**, v.06, Nº. 01, junho de 2008. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/contemporaneaposcom/article/view/3517>. Acesso em: 28 jan. 2026.
- CARNEIRO, A. S. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. 2005. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/001465832>. Acesso em: 04 jan. 2026.
- FRANÇA, V. O acontecimento e a mídia. **Galaxia** (São Paulo, Online), n. 24, p. 10-21, dez. 2012. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/galaxia/article/view/12939>. Acesso em: 19 de jan. 2026.
- JESUS, V. Os vários modos de matar e morrer do racismo. **Ciências Sociais em Revista**, v. 61, p. 46-68, 2025. Disponível em: <https://periodicos.unifesp.br/index.php/csr/article/view/17336>. Acesso em: 11 de fev. 2026.
- LEAL, B. S. Do texto à textualidade na comunicação: contornos de uma linha de investigação. In: LEAL, B.; CARVALHO, C. A.; ALZAMORA, G. **Textualidades Midiáticas**, Belo Horizonte: Selo PPGCOM UFMG, 2018. 172 p. (p. 17-34). (Olhares Transversais). Disponível em: <https://seloppgcomufmg.com.br/colecoes/textualidades-midiaticas/>. Acesso em: 28 jan. 2026.
- MORRISON, T. **O corpo escravizado e o corpo negro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- MILLS, C. W. **O contrato racial**. 1a Edição. Zahar. 2023.
- MBEMBE, A. **Necropolítica**. 3. ed. São Paulo: n-1 edições, 2018. 80 p.
- NOGUERA, R. **Necroinfância**: por que as crianças negras são assassinadas? Lunetas, 2020. Disponível em: <https://lunetas.com.br/necroinfancia-criancas-negrasassassinadas/>. Acesso em: 10 fev. 2026.
- QUÉRÉ, L. A dupla vida do acontecimento: por um realismo pragmatista. In: FRANÇA, V.; OLIVEIRA, L. de (Orgs.). **Acontecimento**: reverberações. Belo Horizonte: Autêntica, 2012, p. 39-51.